CONTEÚDOS ESCOLARES: UM DEBATE HISTÓRICO SOBRE TEMAS TRANSVERSAIS

Cristiane Silva Mélo¹
Maria Cristina Gomes Machado²

LUCAS, Maria Angélica Olivo. **Conteúdos escolares**: um debate histórico sobre temas transversais. Maringá: Eduem, 2007. 104 p.

O livro *Conteúdos Escolares: um debate histórico sobre temas transversais*, de autoria de Maria Angélica Olivo Lucas, doutora em educação pela Universidade de São Paulo, aborda o debate acerca da definição de conteúdos escolares da escola pública, desenvolvido entre utilitaristas e humanistas no final do século XIX. A autora elege o pensamento filosófico e educacional de dois importantes teóricos, Herbert Spencer (1820-1903) e Alfred Fouillée (1838-1912), como expressão da dualidade de propostas voltadas à formação do homem moderno com o ideário de preparação para a vida e cidadania social.

No prefácio ao livro, Leonel (2007) afirma que a escola pública foi criada como resultado da natureza contraditória da sociedade burguesa, tendo tomado como tarefa instruir o indivíduo e educar o cidadão dessa sociedade. Isto revela:

A contradição de princípios é flagrante: a escola que prepara o indivíduo para o mundo do trabalho, no qual a luta cada vez mais competitiva pela vida desenvolve o individualismo, educa-o também para ser cidadão visando promover a união pela vida, em que prevalece o interesse coletivo. (LEONEL, 2007, p. 9).

O século XIX foi marcado pelo acirramento das contradições do capitalismo. Esse pode ser considerado o século da instrução pública por ter instituído a escola primária gratuita, obrigatória e laica e pela instituição de sistemas nacionais de educação em diversos países. Na segunda metade desse século, a escola pública se desenvolve assumindo a difícil tarefa de conciliar dois princípios idealmente contraditórios. Por um lado, precisava formar o homem para a vida social, na qual se percebiam a prevalência da concorrência e do interesse individual. Por outro lado, necessitava educar o cidadão, fomentando o sentimento altruísta e nacionalista. Com esse impasse, fortaleceu-se, em meio às propostas de reformas no ensino, a indagação acerca de qual conteúdo melhor atenderia o ideário de formação humana, dessa forma, “Como educar o homem moderno?”, “Que conteúdo a escola deveria veicular diante de um homem, que ao mesmo tempo em que é egoísta, deve ser solidário para com o próximo?”, “Como conciliar a necessidade das ciências para educar o homem e a necessidade das humanidades para educar o cidadão?” (LUCAS, 2007, p. 88) foram preocupações presentes no contexto da educação do homem nos oitocentos, ante a primeira grande crise de superprodução da sociedade capitalista.

Desse modo, acentuou-se o discurso pela substituição do ensino religioso pelo ensino de moral e cívica nas propostas de organização do ensino primário e secundário. Com a Revolução Francesa, combateu-se veementemente o ensino religioso para minar as bases da Igreja Católica, baluarte da sociedade feudal decadente. Tornava-se necessário a formação do cidadão para a República, sendo indispensáveis para essa vivência as virtudes morais. No século XIX, dada

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Brasil (2009). Professora da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Brasil.

² Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais na área de Educação. Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá

a ocorrência de sucessivas crises econômico-sociais de dimensões mundiais, que acirraram a luta individual pela vida e a competição no mercado, no meio social, essa ideia passou à categoria de primeira instância nas discussões sobre a educação.

O debate inaugurado por utilitaristas e humanistas sobre os conteúdos da ciência e das humanidades, tidos como indispensáveis à formação integral do homem para a cidadania no final do século XIX, propagou-se internacionalmente e apresenta-se como atual, conforme explicita Lucas (2007). Para justificar sua análise, retoma que, a finalidade de ser a educação necessária para a cidadania, está expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 (Lei nº 9394/96). Além disso, orientações educacionais ao encontro desse ideário aparecem no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997; 1998) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1998). Os temas transversais são definidos perante o argumento de que os conteúdos escolares precisam estar em consonância com as questões sociais de cada momento histórico.

No final do século XIX, a educação básica foi tratada como um assunto de maior interesse pelo Estado; no contexto atual brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) assegura o ensino fundamental como responsabilidade do Estado. Do mesmo modo que no final do século XIX a educação moral e cívica se apresentava como novidade no ambiente escolar, com a proposta de que as disciplinas tradicionais consideradas “não-moralizantes” fossem transversalizadas por uma formação moral e cívica, os temas transversais expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentaram-se na época contemporânea, propostos no final da década de 1990, como novidade nas escolas brasileiras, sendo ainda na atualidade postos como necessário à formação do cidadão, na abordagem transversal, em diversas disciplinas tradicionais do currículo escolar, dos conteúdos Ética, Convívio Social, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

No século XIX, a escola preparava o cidadão patriótico-nacionalista para a defesa dos interesses da sociedade de mercado e manutenção da ordem social. Na atualidade, a escola enfatiza a formação

do cidadão multiculturalista na intenção de evitar conflitos civis advindos do nacionalismo étnico. A acepção de cidadania nas reformas atrela-se ao ideário de formação do homem, que não subverte os pilares da ordem necessária à acumulação do capital.

Em seu livro, Lucas (2007) aborda a interlocução entre Fouillée e Spencer como representativa da polêmica entre humanistas e utilitaristas em torno dos conteúdos a serem veiculados pela escola pública. As concepções filosóficas de Spencer e Fouillée se enquadram na perspectiva evolucionista, porém com diferenciações contrárias bastante significativas. Spencer defende o ensino das ciências na proposta de preparação do indivíduo para enfrentar a difícil “concorrência” com os demais. Em seu pensamento, o progresso é mudança e expressa a seleção dos mais aptos, os estudos práticos e úteis são os mais necessários à formação humana e o Estado não deve intervir na educação do povo. Fouillée, por sua vez, defende os estudos da filosofia e da moral e cívica. Ele assinala ser dever do Estado proporcionar a educação para todos por considerar que a comunidade civil, os pais, comerciantes, entre outros, não se preocupavam com a coletividade. Essas posições expressam a existência de teorias que fundamentaram o debate entre utilitaristas e humanistas na definição dos conteúdos da escola pública no final do século XIX.

A obra *Conteúdos Escolares: um debate histórico sobre temas transversais* encontra-se dividida em três capítulos intitulados, respectivamente, *Spencer: o indivíduo contra o Estado*, *Fouillée: o Estado Contra o indivíduo* e *O debate entre utilitaristas e humanistas na definição do conteúdo da escola pública no final do século XIX*.

No capítulo *Spencer: o indivíduo contra o Estado*, Lucas (2007) discute os princípios gerais da filosofia spenceriana e a perspectiva do autor acerca da relação entre Estado e educação. Para Spencer, o progresso é evolução, visto como o processo determinado pela lei biológica da concorrência entre os mais aptos, sendo, nesse contexto, os menos aptos excluídos. O progresso não é a mera acumulação de conhecimentos e nem de riquezas, mas as mudanças subjetivas do indivíduo e da estrutura do organismo social. Sendo assim, a lei de todo o progresso é orgânica, as mudanças provocam alteração de uma estrutura homogênea para uma estrutura heterogênea, num

processo evolutivo que passa do simples para o complexo. Desse modo, considerava que o progresso geral da humanidade significava uma espécie de melhoria gradual na existência humana, ocorrendo a substituição contínua de tipos sociais considerados inferiores.

A linguagem, a ciência, a divisão do trabalho, bem como a sociedade haviam evoluído do homogêneo, com características gerais, para o heterogêneo, com especificidades, de modo gradativo. A lei do desenvolvimento orgânico era a mesma para todo desenvolvimento, as mudanças ocorriam no âmbito do progresso astronômico, geológico, social, etnológico, econômico, artístico, entre outros. Cada causa produzia mais de um efeito, sendo por meio de “diferenciações” que a sociedade progredia em busca da perfeição, e esta seria atingida na medida em que o indivíduo se tornasse livre para exercer suas faculdades naturais, sendo consciente dos limites para não prejudicar os outros.

Segundo Spencer, a educação assumia o papel de contribuir para a estabilidade social. Era necessário que a educação formasse o caráter moral dos homens, sendo um instrumento considerado, sob aspectos biológicos, importante para aperfeiçoar a estrutura do organismo, tornando-o apto aos “negócios” da vida. No entanto, o autor, com base no liberalismo, se contrapõe ao ideário da escola obrigatória e gratuita sob a responsabilidade do Estado. Em sua perspectiva, a função do político era a de, em especial, manter tudo em equilíbrio, zelar pela ordem da sociedade. Em sua opinião, o Estado havia assumido muitas funções que não lhe cabiam, não sendo preciso aplicar “socorros gratuitos”, considerados como medidas artificiais à população. O Estado era necessário, mas com funções delimitadas, possuindo a tarefa de defender direitos, proteger o homem e sua propriedade de modo a evitar a luta do forte contra o fraco.

No capítulo *Fouillée: o Estado Contra o indivíduo*, Lucas (2007) apresenta a filosofia das ideias-forças de Fouillée. Esse autor se preocupou com as lutas de classe: para ele, o progresso seria mantido na medida em que não houvesse perturbação na ordem estabelecida. Em sua perspectiva, a educação era importante. Consciente que o progresso não era para todos, definia as humanidades como conteúdo escolar que poderia aproximar os homens por meio de ideias de humanidades e solidariedades. A

filosofia desse autor se caracteriza como evolucionista por considerar que os fatores psíquicos propiciavam evolução, mas ele considera a evolução não como um processo mecânico e sim como um motor interno de natureza psíquica que envolvia a inteligência, o pensamento e fatores afetivos.

Para Fouillée, a ideia continha poder para modificações. Mudanças poderiam ocorrer no tempo e no espaço pela ação humana, sendo as ideias a força motriz provocadora de movimento que sofria influências do esforço pessoal e da resistência do meio. Assim, a ideia detinha força (evolucionismo da ideia-força), possuía capacidade para direcionar e modificar o curso das coisas, de modo a gerar evolução mental e física. Portanto, as ideias para Fouillée foram consideradas fatores de evolução, capazes de reagir e intermediar a evolução do universo, uma vez que nada se apresentava como determinado, mas passivo de mudanças. Sendo assim, os pensamentos e a vontade do homem poderiam intervir e orientar a evolução da humanidade.

Para Spencer, a educação era indispensável para o progresso da nação. Os “estudos desinteressados”, em especial, a moral e a filosofia, bem como as humanidades, garantiriam a força da nação. As ideias possibilitavam aos homens refletirem sobre suas ações e uma vez conscientes de suas responsabilidades poderiam direcionar a vida na garantia da sobrevivência individual e da espécie. Sendo assim, o ensino precisava ser organizado e dirigido por altas competências nacionais e humanistas. Nesse contexto, o Estado foi definido como importante interventor no processo educacional, com vistas ao bem comum da população.

A moral era indispensável ao exercício de toda profissão, precisando, portanto, ser desenvolvida por meio de estudos filosóficos. Era preciso que, no ambiente escolar, fossem instigados o amor ao bem público e à cidade, bem como o senso de respeito, de submissão às leis e o sentimento de justiça. A escola precisava assegurar a consciência moral e intelectual, bem como a capacidade do indivíduo de refletir. Era preciso, segundo Fouillée, que o ensino contemplasse as ideias e os sentimentos por meio dos estudos da moral e da filosofia.

Em *O debate entre utilitaristas e humanistas na definição do conteúdo da escola pública no final do século XIX*, Lucas (2007) trata da contraposição dos discursos de Spencer e Fouillée

em relação ao conteúdo que a escola deveria veicular. Na segunda metade do século XIX, ressalta a polêmica entre utilitaristas e humanistas na definição dos conteúdos escolares. Por um lado, destacaram-se os que consideravam a ciência o conteúdo mais importante, e, por outro, os que afirmavam serem as humanidades, especialmente a filosofia e a moral e cívica, o conteúdo mais necessário. Para Spencer, os pais e, sobretudo, a escola deveriam se preocupar em ensinar apenas o que fosse útil para a vida prática; a ciência foi concebida como indispensável à formação do homem e para a organização da sociedade, sendo a categoria de conhecimentos que permitia possível a vida civilizada e, por isso, era valorizada.

Fouillée, por sua vez, propôs o ensino dos estudos desinteressados, preferencialmente as letras e a filosofia, que em sua concepção não excluía fundamentalmente a ciência, como necessário ao governo republicano que tinha por interesse garantir a unidade nacional. O ensino precisava transmitir as ideias morais e cívicas, por meio de uma cultura geral, com maior modo filosófico e humanista.

Segundo Lucas (2007), ambas as tendências teóricas expressam a percepção de que a educação tinha por função desenvolver certa moral, mas divergiam-se significativamente quanto à ideia de como essa moral deveria ser desenvolvida na escola. Para Spencer, a ciência seria moralizante pelo método fundamentado na prática e, para Fouillée, a ciência precisava da filosofia para tornar-se moralizante. Por fim, a sociedade exigia a veiculação concomitante da ciência para educar

o homem e das humanidades para educar o cidadão.

Essa consciência, de acordo com Lucas (2007, p. 92), “[...] revela a dualidade contraditória do homem moderno de ser, ao mesmo tempo, homem e cidadão”, pois, como homem, precisa desenvolver suas capacidades físicas e intelectuais para a luta pela vida, e, enquanto cidadão, desenvolver as virtudes sociais, como o respeito às leis, para a manutenção da harmonia social. Nesse contexto, a escola pública assumiu uma contraditória tarefa. Desse modo, a inclusão de conteúdos utilitaristas e humanistas nos currículos escolares no final do século XIX não ocorreu pela força do debate explicitado, mas pela natureza contraditória da sociedade burguesa, que atribuiu à educação a tarefa de instruir o indivíduo e de educar o cidadão.

O livro *Conteúdos Escolares: um debate histórico sobre temas transversais* apresenta interessantes reflexões sobre o pensamento educacional desenvolvido no decorrer da segunda metade do século XIX ante ao ideário de democratização do ensino. A obra caracteriza-se como uma importante fonte de estudo para os pesquisadores da história da educação pública. Para finalizar, concordamos com Leonel (2007, p.14) ao afirmar que o livro resenhado é “[...] um retorno do século XIX que nos faz pensar sobre as grandes questões históricas nas suas relações com a escola, aproximando-nos e ao mesmo tempo nos afastando daquele século para depois viajar rumo ao futuro, mas sem tirar os pés do chão”.

Endereço para Correspondência: Maria Cristina Gomes Machado – Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790, Bloco I-12, Sala 11, Maringá-PR - CEP: 87020-900

E-mail: mcgmachado@uem.br

E-mail: cristianesilme@yahoo.com.br